
ESCRITURA PARTICULAR DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM Nº 476/09, DA TESTA BRANCA III ENERGIA S.A.

ENTRE

TESTA BRANCA III ENERGIA S.A.

(EMISSIONORA),

OMEGA GERAÇÃO S.A.

(FIADORA),

OMEGA ENERGIA E IMPLANTAÇÃO 1 S.A.

(FIADORA),

E

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

(AGENTE FIDUCIÁRIO)



ÍNDICE

GLOSSÁRIO.....	5
CLÁUSULA I TERMOS DEFINIDOS	11
CLÁUSULA II AUTORIZAÇÃO	11
CLÁUSULA III REQUISITOS	12
CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO.....	13
CLÁUSULA V CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES	16
CLÁUSULA VI AQUISIÇÃO FACULTATIVA, RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO E AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA FACULTATIVA	26
CLÁUSULA VII VENCIMENTO ANTECIPADO	30
CLÁUSULA VIII OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DAS FIADORAS...	35
CLÁUSULA IX AGENTE FIDUCIÁRIO	41
CLÁUSULA X ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS.....	51
CLÁUSULA XI DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DAS FIADORAS	52
CLÁUSULA XII DISPOSIÇÕES GERAIS	56



ESCRITURA PARTICULAR DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM Nº 476/09, DA TESTA BRANCA III ENERGIA S.A.

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas:

TESTA BRANCA III ENERGIA S.A., sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Barbacena, nº 472, 4º andar, sala 406, parte, Barro Preto, CEP 30190-130, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.495.534/0001-00, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social;

OMEGA GERAÇÃO S.A., sociedade por ações com registro de companhia aberta perante a CVM, na categoria “A”, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Barbacena, nº 472, 4º andar, CEP 30190-130, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.149.503/0001-06, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social;

OMEGA ENERGIA E IMPLANTAÇÃO 1 S.A., sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida São Gabriel, nº 477, 2º andar, parte, CEP 01435-001, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.191.543/0001-00, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social;

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, à Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 303 e 304, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, nomeada neste instrumento, nos termos da Lei nº 6.404/76, para representar, perante a Emissora, a comunhão dos interesses dos Debenturistas, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social,

cada uma das partes também denominada individualmente “Parte” e, conjuntamente, “Partes”;

vêm, por meio desta e na melhor forma de direito, firmar a presente “Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de



Distribuição, nos Termos da Instrução CVM nº 476/09, da Testa Branca III Energia S.A.”,
mediante as seguintes cláusulas e condições:



GLOSSÁRIO

AGD	Assembleia Geral de Debenturistas.
AGE	Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 21 de julho de 2015, que aprovou a (i) a realização da presente Emissão; (ii) as características da Emissão e das Debêntures; (iii) a contratação dos prestadores de serviços no âmbito da Emissão, incluindo, sem limitação, o escriturador mandatário, o banco liquidante, o agente fiduciário, a instituição financeira intermediária, os assessores legais e a CETIP, esta última, inclusive, na qualidade de depositário central; e (iv) a prática pela Diretoria da Emissora de todo e qualquer ato necessário à efetivação da Emissão.
Agente Fiduciário	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, já qualificado.
Amortização Extraordinária Facultativa	Amortização extraordinária de parte do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, que poderá ser efetuada pela Emissora, a seu critério, nos termos e condições previstos no item 6.3 desta Escritura.
ANBIMA	ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
Banco Liquidante	Itaú Unibanco S.A., instituição financeira, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04.
CETIP	CETIP S.A. – Mercados Organizados.
CNPJ/MF	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda.



Coordenador Líder	Banco ABC Brasil S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Cidade Jardim, nº 803, 2º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28.195.667/0001-06.
Contrato de Colocação	“Instrumento Particular de Colocação com Esforços Restritos de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, sob Regime Misto de Colocação, da 1ª Emissão da Testa Branca III Energia S.A.”, celebrado entre Emissora e o Coordenador Líder.
Código ANBIMA	Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.
Código Civil	Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada.
Código de Processo Civil	Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada.
CPF/MF	Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Data de Emissão	27 de julho de 2015.
Data de Vencimento	27 de abril de 2016.
Debêntures	As 229 (duzentas e vinte e nove) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, da 1ª (primeira) emissão da Emissora.
Debêntures em Circulação	Para efeito da constituição de todos os quóruns de



instalação e/ou deliberação da AGD previstos nesta Escritura, todas as Debêntures subscritas, excluídas (i) aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora; e (ii) as de titularidade de (a) empresas controladas, direta ou indiretamente, pela Emissora ou pelas Fiadoras; (b) acionistas controladores e/ou coligadas da Emissora ou das Fiadoras; e (c) administradores da Emissora ou das Fiadoras, incluindo cônjuges e parentes até 2º (segundo) grau.

Debenturistas	Os titulares das Debêntures.
Dia Útil	Qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional.
DOEMG	Diário Oficial do Estado de Minas Gerais.
DOESP	Diário Oficial do Estado de São Paulo.
Emissão	A 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora, formalizada por meio desta Escritura.
Emissora	Testa Branca III Energia S.A., já qualificada.
Encargos Moratórios	Encargos moratórios previstos no item 5.9.3.1 desta Escritura.
Escritura	A presente Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, nos Termos da Instrução CVM nº 476/09, da Testa Branca III Energia S.A..
Escriturador Mandatário	Itaú Corretora de Valores S.A., sociedade com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 10º andar, na



Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64.

Eventos de Vencimento Antecipado	Eventos previstos na Cláusula VII da Escritura.
Fiadoras	Em conjunto, a Omega Geração e a Omega Energia.
Garantia Fidejussória	A fiança prestada pelas Fiadoras, conforme detalhada no item 5.11 desta Escritura.
IGP-M/FGV	Índice Geral de Preços do Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.
Instrução CVM nº 28/83	Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada.
Instrução CVM nº 358/02	Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada.
Instrução CVM nº 409/04	Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada.
Instrução CVM nº 476/09	Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada.
Instrução CVM nº 541/13	Instrução CVM nº 541, de 20 de dezembro de 2013, conforme alterada.
Instrução CVM nº 543/13	Instrução CVM nº 543, de 20 de dezembro de 2013, conforme alterada.
Investidores Qualificados	São os investidores qualificados definidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409/04 (ou em normativo que a substituir), observado, para efeito do disposto na Instrução CVM nº 476/09, que (i) todos os fundos de



investimento serão considerados investidores qualificados, mesmo que se destinem a investidores não-qualificados; (ii) fundos de investimento e carteiras administradas de valores mobiliários cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos nesta Escritura e no Contrato de Colocação; e (iii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM nº 409/04, deverão subscrever, no âmbito da oferta pública das Debêntures, valores mobiliários no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.
JUCEMG	Junta Comercial do Estado de Minas Gerais.
JUCESP	Junta Comercial do Estado de São Paulo.
Lei nº 6.015/73	Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada.
Lei nº 6.385/76	Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Lei nº 6.404/76	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
MDA	MDA - Módulo de Distribuição de Ativos.
Oferta	A oferta pública das Debêntures com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476/09.
Omega Energia	Omega Energia e Implantação 1 S.A., já qualificada.



Omega Geração	Omega Geração S.A., já qualificada.
Período de Capitalização	Intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista para o pagamento da Remuneração correspondente ao período em questão. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.
Prêmio	O prêmio aplicável em decorrência do Resgate Antecipado Facultativo ou da Amortização Extraordinária Facultativa, calculado conforme disposto no item 6.4 desta Escritura.
Projeto	O projeto descrito no item 4.8.1 abaixo, ao qual serão destinados os recursos captados por meio da Oferta.
Remuneração	A remuneração das Debêntures prevista no item 5.6.1 desta Escritura.
Resgate Antecipado Facultativo	Resgate antecipado de parte ou da totalidade das Debêntures, que poderá ser efetuado pela Emissora, a seu critério, nos termos e condições previstos no item 6.2.
Taxa DI	Taxa média diária dos depósitos interfinanceiros de 1 (um) dia, <i>over</i> extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário disponível em sua página na Internet (http://www.cetip.com.br).
Valores Garantidos	Valor total das obrigações da Emissora sob as Debêntures no âmbito desta Escritura, que inclui: (i) o Valor Nominal



Unitário das Debêntures subscritas e integralizadas, acrescido da Remuneração e dos Encargos Moratórios, calculados nos termos desta Escritura, bem como (ii) as demais obrigações, principais ou acessórias previstas nesta Escritura, como pagamento de juros, encargos moratórios, pena convencional, multas, honorários advocatícios e outras despesas, bem como o ressarcimento de todas e quaisquer importâncias desembolsadas pelo Agente Fiduciário por conta da constituição, do aperfeiçoamento e do exercício de direitos e da execução de garantias prestadas e quaisquer outros acréscimos e encargos moratórios.

Valor Nominal Unitário

O valor nominal unitário de cada Debênture, que equivale a R\$100.000,00 (cem mil reais), na Data de Emissão.

CLÁUSULA I

TERMOS DEFINIDOS

1.1 Os termos definidos e expressões adotadas nesta Escritura, iniciados em letras maiúsculas, no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído no Glossário constante desta Escritura.

CLÁUSULA II

AUTORIZAÇÃO

2.1. A presente Escritura é firmada pela Emissora com base na autorização deliberada pela AGE.

2.2 A Emissão e a Garantia Fidejussória prestada pelas Fiadoras foram autorizadas (i) na Reunião de Conselho de Administração da Omega Geração realizada em 21 de julho de 2015, cuja ata será devidamente registrada na JUCEMG; e (ii) na Reunião de Conselho de Administração da Omega Energia realizada em 21 de julho de 2015, cuja ata será devidamente registrada na JUCESP.



CLÁUSULA III REQUISITOS

3.1 A presente Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos:

3.1.1 *Registro na CVM e ANBIMA*

3.1.1.1 A Emissão será realizada nos termos da Instrução CVM nº 476/09, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição pública de que trata o artigo 19, *caput*, da Lei nº 6.385/76.

3.1.1.2 Nos termos do artigo 1º, §1º, do Código ANBIMA, a Oferta está automaticamente dispensada de registro perante a ANBIMA. Não obstante, a Oferta será registrada na ANBIMA exclusivamente para fins de envio de informações para a base de dados da ANBIMA, conforme disposto no artigo 1º, §2º do Código ANBIMA, não sendo aplicáveis à Oferta as disposições constantes no Código ANBIMA, exceto aquelas previstas em seu Capítulo V, desde que expedidas as diretrizes específicas do Conselho de Regulação e Melhores Práticas até a data de envio à CVM da comunicação de encerramento da Oferta.

3.1.2 *Arquivamento e Publicação dos Documentos Societários*

3.1.2.1 A ata da AGE será devidamente arquivada na JUCEMG, bem como será publicada no (i) DOEMG e (ii) no “Diário do Comércio”, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei nº 6.404/76.

3.1.3 *Inscrição e Registro desta Escritura*

3.1.3.1 Esta Escritura e seus eventuais aditamentos serão inscritos na JUCEMG, conforme o disposto no artigo 62, inciso II, e parágrafo 3º do mesmo artigo da Lei nº 6.404/76, devendo ser levados a registro, pela Emissora, em até 7 (sete) Dias Úteis contados de sua(s) assinatura(s) pela Emissora, pelas Fiadoras e pelo Agente Fiduciário. Tempestivamente após referido registro, a Emissora deverá encaminhar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original desta Escritura e de seus eventuais aditamentos, devidamente registrados na JUCEMG.

3.1.3.2 Adicionalmente, nos termos do artigo 129 da Lei nº 6.385/76, em razão da Garantia Fidejussória, a presente Escritura e seus eventuais aditamentos serão registrados no



Cartório de Registro de Títulos e Documentos das Comarcas das sedes das Partes desta Escritura, em até 7 (sete) Dias Úteis contados de sua(s) assinatura(s) pela Emissora, pelas Fiadoras e pelo Agente Fiduciário. Tempestivamente após referido registro, a Emissora deverá encaminhar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original da Escritura e de seus eventuais aditamentos, devidamente registrados em tais Cartórios.

3.1.4 *Registro para Distribuição primária e Custódia Eletrônica e para Negociação em Mercados Regulamentados*

3.1.4.1 As Debêntures serão registradas para distribuição pública por meio do MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição liquidada financeiramente e a Custódia Eletrônica realizada na CETIP.

3.1.4.2 As Debêntures poderão ser registradas para negociação no mercado secundário, observado o disposto no item 3.1.4.3 abaixo, por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo, nesse caso, as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP

3.1.4.3 Não obstante o descrito no item 3.1.4.2 acima, as Debêntures (i) somente poderão ser registradas no CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários caso a Emissora cumpra as obrigações definidas no artigo 17 da Instrução CVM nº 476/09 e (ii) somente poderão ser negociadas no referido mercado de balcão organizado (a) depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, nos termos do artigo 13 da Instrução CVM nº 476/09; e (b) nos termos do artigo 15 da Instrução CVM nº 476/09, (1) entre Investidores Qualificados; ou (2) entre quaisquer investidores, na hipótese de a Emissora obter o registro de emissor perante a CVM, de que trata o artigo 21 da Lei nº 6.385/76. O registro para negociação secundária das Debêntures em mercados organizados fica condicionado a apresentação à CETIP, pela Emissora, de pedido formal.

CLÁUSULA IV
CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

4.1 Objeto Social da Emissora



4.1.1 A Emissora tem por objeto social a geração e comercialização de energia elétrica através da implantação e exploração da Central Geradora Eólica Testa Branca III, localizada no Município de Ilha Grande, Estado do Piauí.

4.2 Número da Emissão

4.2.1 A presente Emissão constitui a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.

4.3 Valor Total da Emissão

4.3.1 O valor total da Emissão será de R\$22.900.000,00 (vinte e dois milhões e novecentos mil reais), na Data de Emissão.

4.4 Número de Séries

4.4.1 A Emissão será realizada em série única.

4.5 Quantidade de Debêntures

4.5.1 Serão emitidas 229 (duzentas e vinte e nove) Debêntures.

4.6 Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

4.6.1 O Banco Liquidante atuará na Emissão na qualidade de instituição financeira responsável pela liquidação de pagamentos envolvendo as Debêntures.

4.6.2 O Escriturador Mandatário atuará na Emissão na qualidade de responsável pela prestação de serviços de escrituração das Debêntures, nos termos previstos na Instrução CVM nº 543/13, adicionalmente às funções definidas em normas da CETIP.

4.7 Colocação e Procedimento de Distribuição

4.7.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, sob o regime misto de colocação – sendo 164 (cento e sessenta e quatro) Debêntures distribuídas sob regime de garantia firme de colocação e 65 (sessenta e cinco) Debêntures



distribuídas sob regime de melhores esforços de distribuição - e serão destinadas exclusivamente à subscrição por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, observado o estabelecido no artigo 3º da Instrução CVM nº 476/09, bem como os termos e condições do Contrato de Colocação.

4.7.2 Conforme previsto no artigo 5º-A da Instrução CVM nº 476/09, no caso de distribuição parcial das Debêntures, aplicar-se-ão as regras previstas na norma que dispuser sobre as ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários nos mercados primário ou secundário.

4.7.2.1 Nos termos do artigo 31 da Instrução CVM nº 476/09, o Investidor Qualificado poderá, no ato de aceitação da Oferta, condicionar sua adesão a que haja distribuição: (i) da totalidade das Debêntures ofertados; ou (ii) de uma proporção ou quantidade mínima de Debêntures originalmente objeto da Oferta.

4.7.2.2 As Debêntures não subscritas e integralizadas até a data de encerramento da Oferta serão automaticamente canceladas. Nesse caso, esta Escritura será aditada pelas Partes para informar a quantidade final de Debêntures subscritas.

4.7.3 No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando estar ciente de que: (i) a Emissão não foi registrada perante a CVM e poderá vir a ser registrada na ANBIMA; e (ii) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas nesta Escritura de Emissão e na regulamentação aplicável, devendo, ainda, por meio de tal declaração, manifestar sua concordância expressa a todos os seus termos e condições.

4.8 Destinação dos Recursos

4.8.1 Os recursos obtidos com a Emissão serão utilizados integralmente para construção e implementação de Central Geradora Eólica localizada na Ilha Grande de Santa Isabel, no município de Ilha Grande, no Estado do Piauí, denominada “CGE Testa Branca III”, com potência instalada total de 22 MW (vinte e dois megawatts) e capacidade para comercializar energia a partir de julho de 2016.



CLÁUSULA V
CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

5.1 Características Básicas das Debêntures

5.1.1 *Valor Nominal Unitário*

5.1.1.1 O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$100.000,00 (cem mil reais), na Data de Emissão.

5.1.2 *Data de Emissão*

5.1.2.1 Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 27 de julho de 2015.

5.1.3 *Prazo e Data de Vencimento*

5.1.3.1 O vencimento das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 9 (nove) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 27 de abril de 2016, ressalvados os Eventos de Vencimento Antecipado e a possibilidade de Resgate Antecipado Facultativo.

5.1.4 *Forma e Emissão de Certificados*

5.1.4.1 As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelares ou certificados.

5.1.5 *Depósito Centralizado*

5.1.5.1 As Debêntures serão objeto de depósito centralizado a ser realizado pela CETIP, nos termos da Instrução CVM nº 541/13.

5.1.6 *Comprovação de Titularidade das Debêntures*

5.1.6.1 A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, as Debêntures custodiadas



eletronicamente na CETIP terão sua titularidade comprovada pelo extrato em nome dos Debenturistas emitido pela CETIP.

5.1.7 *Conversibilidade*

5.1.7.1 As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

5.1.8 *Espécie*

5.1.8.1 As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei nº 6.404/76, e contarão com garantia fidejussória.

5.2 **Subscrição**

5.2.1 *Prazo de Subscrição*

5.2.1.1 As Debêntures poderão ser subscritas em uma ou mais datas, a qualquer tempo, a partir do início da distribuição, observado os prazos de distribuição estabelecidos na Instrução CVM nº 476/09 e os termos e condições do Contrato de Colocação firmado entre a Emissora e o Coordenador Líder.

5.2.2 *Preço de Subscrição*

5.2.2.1. O preço de subscrição das Debêntures será seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da sua efetiva subscrição e integralização, observado o disposto no inciso II do artigo 4º da Instrução CVM nº 476/09.

5.3 **Integralização e Forma de Pagamento**

5.3.1 As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, de acordo com as normas de liquidação da CETIP aplicáveis.

5.4 **Direito de Preferência**



5.4.1 Não haverá direito de preferência na subscrição das Debêntures.

5.5 Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário

5.5.1 As Debêntures não terão seu Valor Nominal Unitário atualizado monetariamente.

5.6 Remuneração

5.6.1 A partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus a Remuneração correspondente a 100% (cem por cento) da variação acumulada Taxa DI, acrescida de um *spread* ou sobretaxa equivalente a 2,35% (dois inteiros e trinta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis. A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis*, por Dias Úteis decorridos, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário apurado em conformidade com esta Escritura, desde a Data de Emissão até a data do seu efetivo pagamento.

$$J = VNa \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

- J = valor unitário da Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;
- VNa = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento; e
- FatorJuros = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread* calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

FatorDI = produtório das Taxas DI-Over, desde a data de início do respectivo



Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde:

- k = número de ordem das Taxas DI-Over, variando de 1 (um) até n_{DI} ;
- n_{DI} = número total de Taxas DI-Over, sendo n_{DI} um número inteiro; e
- TDI_k = Taxa DI-Over, de ordem k , expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

- K = 1, 2, ..., n ;
- DI_k = Taxa DI-Over, de ordem k , divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais; e
- $FatorSpread$ = sobretaxa de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

onde:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

- $Spread$ = 2,3500; e
- DP = número de Dias Úteis entre o Data de Emissão ou data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo DP um número inteiro;



5.6.1.1 O cálculo da Remuneração acima está sujeito às seguintes observações:

- (i) o fator resultante da expressão $\left[1 + (TDI_k)\right]$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- (ii) efetua-se o produtório dos fatores diários $\left[1 + (TDI_k)\right]$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (iii) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;
- (iv) o fator resultante da expressão (FatorDI x FatorSpread) é considerado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento; e
- (v) a Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

5.6.1.2 Observado o quanto estabelecido no item abaixo, no caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, a última Taxa DI divulgada até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora e/ou das Fiadoras quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável.

5.6.1.3 Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 5 (cinco) Dias Úteis da data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção por imposição legal ou determinação judicial, a Taxa DI deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver substituto legal para a Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar no primeiro Dia Útil subsequente ao término do prazo de 5 (cinco) Dias Úteis acima, AGD para os Debenturistas definirem, de comum acordo com a Emissora, o novo parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse novo parâmetro, serão utilizadas, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, as fórmulas do item acima e na apuração de TDI_k será utilizada a última Taxa DI divulgada



oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e/ou as Fiadoras e os Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

5.6.1.4 Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da AGD, a referida AGD não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir da data de sua divulgação e vigência, passará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração, permanecendo a última Taxa DI conhecida anteriormente a ser utilizada até data da divulgação e vigência da referida Taxa DI, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e/ou as Fiadoras e os Debenturistas.

5.6.1.5 Caso não haja acordo sobre a taxa substitutiva, na AGD realizada, entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 70% (setenta por cento) das Debêntures em Circulação, a Emissora resgatará a totalidade das Debêntures, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva AGD, pelo seu Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário acrescido de Remuneração devida até a data do efetivo resgate, *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior.

5.6.1.5.1 Caso haja acordo entre a Emissora e os titulares das Debêntures sobre a taxa substitutiva, nos termos do item 5.6.1.5 acima, esta Escritura deverá ser aditada no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que se definiu a taxa substitutiva.

5.6.1.6 As Fiadoras desde já concordam com o disposto nos itens 5.6.1.5 e 5.6.1.5.1 acima, declarando que o ali disposto não importará em novação, conforme disposto no artigo 360 e seguintes do Código Civil, mantendo-se a Garantia Fidejussória prestada nos termos desta Escritura válida e em pleno vigor, inclusive no caso de acarretar obrigação à Emissora de resgatar as Debêntures ou no caso de inadimplemento, pela Emissora, de tal obrigação. As Fiadoras desde já concordam e se obrigam a firmar todos e quaisquer documentos necessários à efetivação do disposto acima.

5.6.2 A Remuneração será integralmente paga na Data de Vencimento, salvo as exceções previstas nesta Escritura.

5.7 Amortização

5.7.1 O Valor Nominal Unitário será integralmente amortizado na Data de Vencimento, salvo as exceções previstas nesta Escritura.



5.8 Repactuação Programada

5.8.1 Não haverá repactuação programada das Debêntures.

5.9 Condições de Pagamento

5.9.1 Local de Pagamento e Imunidade Tributária

5.9.1.1 Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na CETIP, (a) na sede da Emissora ou (b) conforme o caso, pelo Banco Liquidante.

5.9.1.2 Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, deverá encaminhar ao Escriturador Mandatário, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 15 (quinze) Dias Úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor. Será de responsabilidade do Escriturador Mandatário a avaliação e validação da imunidade ou isenção tributária podendo, inclusive, solicitar documentos adicionais à comprovação de mencionada situação jurídica tributária. Desta forma, enquanto pendente o processo de avaliação não poderá ser imputada qualquer responsabilidade pelo não pagamento no prazo estabelecido através deste instrumento.

5.9.2 Prorrogação dos Prazos

5.9.2.1 Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação, até o primeiro Dia Útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com dia em que não houver expediente bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado declarado nacional.



5.9.3 *Encargos Moratórios*

5.9.3.1 Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora e/ou por quaisquer das Fiadoras de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, ressalvado o disposto no item 5.9.2.1 acima, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para cobrança.

5.9.4 *Decadência dos Direitos aos Acréscimos*

5.9.4.1 Sem prejuízo do disposto no item 5.9.3.1 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura não lhe dará direito ao recebimento de Remuneração e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

5.10 **Publicidade**

5.10.1 Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, serão publicados (i) no DOEMG, na forma de “Aviso aos Debenturistas” e no “Diário do Comércio”, ou (ii) na página da Emissora na rede internacional de computadores – internet (www.omegaenergia.com.br) observado o estabelecido no artigo 289 da Lei nº 6.404/76 e as limitações impostas pela Instrução CVM nº 476/09 em relação à publicidade da oferta pública das Debêntures e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar ao Agente Fiduciário qualquer publicação na data da sua realização. A publicação do referido Aviso aos Debenturistas poderá ser substituída por correspondência registrada entregue a todos os titulares de Debêntures e ao Agente Fiduciário. Caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo.

5.11 **Garantia Fidejussória**



5.11.1 Em garantia do fiel, pontual e integral adimplemento dos Valores Garantidos, as Fiadoras prestam fiança solidária em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, conforme os termos e condições abaixo delineados.

5.11.2 As Fiadoras declaram-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiadoras e principais pagadores, bem como a seus sucessores a qualquer título, solidariamente responsáveis entre si e com a Emissora, pelo pagamento dos Valores Garantidos devido nos termos da presente Escritura até o integral pagamento dos Valores Garantidos e o integral cumprimento das obrigações da Emissora descritas nesta Escritura.

5.11.3 Uma vez que se tornem devidos nos termos previstos na presente Escritura, os Valores Garantidos serão pagos pelas Fiadoras, de forma solidária, podendo o Agente Fiduciário exigir os Valores Garantidos diretamente da Omega Geração e/ou da Omega Energia, em até 3 (três) Dias Úteis contados da data do recebimento de notificação por escrito do Agente Fiduciário à Omega Geração e/ou à Omega Energia, em qualquer hipótese independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações sob as Debêntures, resguardado o direito de regresso das Fiadoras e observado o disposto abaixo. Tal notificação deverá ser emitida pelo Agente Fiduciário no prazo de 1 (um) Dia Útil após (i) a ciência da ocorrência de falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido nas datas de pagamento definidas nesta Escritura; ou (ii) a declaração do vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura. O pagamento deverá ser realizado segundo os procedimentos estabelecidos nesta Escritura e de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário e, conforme o caso, fora do âmbito da CETIP.

5.11.4 Cada uma das Fiadoras expressamente renuncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 364, 366, 821, 827, 829, 830, 834, 835, 837, 838 e 839 do Código Civil e 77 e 595 do Código de Processo Civil. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada pelas Fiadoras com o fito de se escusar do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

5.11.5 As obrigações das Fiadoras aqui assumidas não serão afetadas por atos ou omissões que possam exonerá-las de suas obrigações ou afetá-las, incluindo, mas não se limitando, em razão de: (a) qualquer extensão de prazo ou acordo entre a Emissora e os Debenturistas; (b) qualquer novação ou não exercício de qualquer direito dos Debenturistas



contra a Emissora; e (c) qualquer limitação ou incapacidade da Emissora, inclusive seu pedido de recuperação extrajudicial, pedido de recuperação judicial ou falência.

5.11.6 As Fiadoras, conforme o caso, sub-rogar-se-ão nos direitos dos Debenturistas caso venham a honrar, total ou parcialmente, a fiança objeto do presente item, até o limite da parcela da dívida efetivamente por ela honrada, observado o disposto no item 5.11.6 abaixo.

5.11.7 As Fiadoras, desde já, concordam e obrigam-se a somente exigir e/ou demandar a Emissora por qualquer valor por ela honrado nos termos da fiança após os Debenturistas terem recebido todos os valores a eles devidos nos termos desta Escritura. Ainda, as Fiadoras concordam e obrigam-se a, caso recebam qualquer valor da Emissora em decorrência de qualquer valor que tiverem honrado perante os Debenturistas em decorrência das Debêntures e/ou desta Escritura de Emissão antes da integral quitação de todos os valores devidos aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário nos termos das Debêntures e/ou desta Escritura de Emissão, repassar, no prazo de 1 (um) Dia Útil contado da em que for devido o pagamento aos Debenturistas, tal valor ao Agente Fiduciário, para pagamento aos Debenturistas.

5.11.8 Fica adicionalmente facultado às Fiadoras, por sua iniciativa, efetuarem pagamento de qualquer obrigação pecuniária inadimplida pela Emissora, independentemente do recebimento de notificação do Agente Fiduciário, inclusive durante eventual prazo de cura estabelecido nesta Escritura.

5.11.9 A presente fiança é prestada pelas Fiadoras em caráter irrevogável e irretratável, entra em vigor na Data de Emissão e permanecerá válida em todos os seus termos, expirando, independentemente de notificação ao Agente Fiduciário, com o pagamento integral dos Valores Garantidos.

5.11.10 As Fiadoras, desde já, reconhecem como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil, a data do pagamento integral dos Valores Garantidos.

5.11.11 A inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução da Fiança em favor dos Debenturistas não ensejará, em nenhuma hipótese, perda de qualquer direito ou faculdade aqui previsto, podendo a presente fiança ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até a integral e efetiva liquidação dos Valores Garantidos.



5.11.12 A presente fiança permanecerá válida e plenamente eficaz em todos os seus termos, mesmo em caso de aditamentos, alterações e/ou modificações das condições firmadas nas Debêntures, na Escritura de Emissão e no Contrato de Colocação e/ou nos demais documentos da Emissão, desde a Data de Emissão até a integral e efetiva liquidação dos Valores Garantidos.

5.11.13 Todos e quaisquer pagamentos realizados pelas Fiadoras em decorrência da fiança serão realizados livres e líquidos, sem a dedução de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais, desde que devidos na fonte, devendo as Fiadoras pagar as quantias adicionais que sejam necessárias para que os Debenturistas recebam, após tais deduções, recolhimentos ou pagamentos, uma quantia equivalente à que teria sido recebida se tais valores não fossem devidos. Tal previsão inclui quaisquer majorações das alíquotas dos tributos já mencionados existentes.

CLÁUSULA VI

AQUISIÇÃO FACULTATIVA, RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO E AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA FACULTATIVA

6.1 Aquisição Facultativa

6.1.1 É facultado à Emissora, a qualquer tempo, adquirir no mercado Debêntures em Circulação, de acordo com os procedimentos estabelecidos pela CVM, observados os termos do artigo 13 da Instrução CVM 476/09, conforme o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei nº 6.404/76. As Debêntures em Circulação objeto deste procedimento poderão (i) ser canceladas, (ii) permanecer em tesouraria da Emissora; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures em Circulação adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos deste item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures que ainda estiverem em circulação.

6.2 Resgate Antecipado Facultativo

6.2.1 A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo a partir da Data de Emissão, inclusive, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, realizar o Resgate Antecipado Facultativo da totalidade das Debêntures.



6.2.1.1 O Resgate Antecipado Facultativo será realizado mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, além do Prêmio, calculado conforme o item 6.4 abaixo.

6.2.1.2 O Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures observará, ainda, o quanto segue:

- (i) a Emissora comunicará os Debenturistas acerca da realização do Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures por meio de correspondência com cópia para o Agente Fiduciário, ou da publicação de um edital na forma do item 5.10.1, que conterá as condições do Resgate Antecipado Facultativo, com, no mínimo, 5 (cinco) dias de antecedência da data definida para a realização do Resgate Antecipado Facultativo, o qual conterá informações sobre: (a) o Prêmio devido; (b) a data efetiva para a realização do Resgate Antecipado Facultativo; (c) o do Resgate Antecipado Facultativo; e (d) demais informações eventualmente necessárias;
- (ii) a CETIP deverá ser comunicada, por meio de correspondência, encaminhada pela Emissora, informando a realização do Resgate Antecipado Facultativo com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência;
- (iii) a data de Resgate Antecipado Facultativo deverá, obrigatoriamente, ser Dia Útil.
- (iv) na data de realização do Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures, a Emissora irá proceder à liquidação do Resgate Antecipado Facultativo, sendo certo que todas as Debêntures que forem objeto do Resgate Antecipado Facultativo serão liquidadas em uma única data;
- (v) no caso das Debêntures que não estejam custodiadas na CETIP, a liquidação do Resgate Antecipado Facultativo se dará mediante depósito a ser realizado pelo Banco Liquidante nas contas-correntes indicadas pelos Debenturistas; no caso das Debêntures que estejam custodiadas na CETIP, os eventos, conforme o caso, seguirão os procedimentos da CETIP; e
- (vi) não será permitido o resgate antecipado parcial das Debêntures.



6.2.2 As Debêntures resgatadas pela Emissora nos termos aqui previstos deverão ser por ela canceladas.

6.3 Amortização Extraordinária Facultativa

6.3.1 A Emissora poderá realizar a Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures, a seu exclusivo critério, a partir da Data de Emissão, mediante envio de correspondência aos Debenturistas com cópia para o Agente Fiduciário, ou da publicação de um edital na forma do item 5.10.1, com antecedência mínima de 5 (cinco) Dias Úteis.

6.3.2 Na comunicação de Amortização Extraordinária Facultativa prevista acima deverá constar: (i) a data da Amortização Extraordinária Facultativa; (ii) menção ao percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme aplicável) que será amortizado, a ser definido a exclusivo critério da Emissora, mas, em todo caso, limitado a 98% (noventa e oito por cento) do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures à época da amortização; (iii) o valor da Amortização Extraordinária Facultativa; (iv) o Prêmio; e (v) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização da Amortização Extraordinária Facultativa.

6.3.3 O pagamento da Amortização Extraordinária Facultativa será feito (i) por meio dos procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas na CETIP; e/ ou (ii) mediante depósito em contas correntes indicadas pelos Debenturistas a ser realizado pelo Banco Liquidante, no caso de titulares de Debêntures que não estejam custodiadas na CETIP.

6.3.4 A Amortização Extraordinária Facultativa será aplicada a todos os Debenturistas, proporcionalmente, bem como será realizada mediante pagamento do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário a ser amortizado, conforme o caso, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, além do Prêmio.

6.3.5 A CETIP deverá ser comunicada da realização da Amortização Extraordinária Facultativa com no mínimo 2 (dois) Dias Úteis de antecedência em relação à data estipulada para sua realização, pela Emissora com anuência do Agente Fiduciário.



6.4 Prêmio

6.4.1 O Prêmio aplicável em decorrência do Resgate Antecipado Facultativo ou da Amortização Extraordinária Facultativa, conforme itens 6.2 e 6.3 acima, será calculado da seguinte forma:

- (i) observado o disposto no item 6.4.1.1 abaixo, em caso de Resgate Antecipado Facultativo ou a Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures, será devido pela Emissora Prêmio equivalente a 0,2000% (vinte centésimos por cento) ao ano pelo prazo a decorrer entre a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo ou Amortização Extraordinária Facultativa e a Data de Vencimento, incidente sobre os valores descritos no item 6.4.2 abaixo, calculado conforme a fórmula abaixo:

$$Prêmio = \frac{P \times DU}{252} \times VNa$$

Onde:

P: Percentual do prêmio de resgate antecipado ou amortização extraordinária, equivalente a 0,2000%

DU: Número de dias úteis entre a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo ou da Amortização Extraordinária Facultativa e a Data de Vencimento

VNa: Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário devidamente acrescido pela Remuneração até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo ou da Amortização Extraordinária Facultativa.

6.4.1.1 Caso o Resgate Antecipado Facultativo ou a Amortização Extraordinária Facultativa ocorra a partir de 1º de dezembro de 2015 (inclusive) e a Emissora utilize, para referido resgate ou amortização extraordinária, recursos oriundos de captação junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ou recursos próprios originados de aumento de capital, não haverá pagamento de Prêmio.

6.4.1.2 A Emissora deverá, na mesma data de envio da comunicação ou publicação de edital prevista no item 6.2.1.2 (i) ou 6.3.1, conforme o caso, enviar ao Agente Fiduciário, notificação apartada informando o Prêmio devido pelo Resgate Antecipado Facultativo ou Amortização Extraordinária Facultativa. Se for utilizado o procedimento previsto no item 6.4.1.1 acima, a Emissora deverá ainda informar, na referida comunicação, a origem dos



recursos utilizados, o que acarretará no Resgate Antecipado Facultativo ou Amortização Extraordinária Facultativa, sem a necessidade de pagamento de Prêmio.

6.4.2 Os valores relativos ao Prêmio deverão ser pagos simultaneamente ao pagamento do Resgate Antecipado Facultativo ou Amortização Extraordinária Facultativa e incidirão sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário a ser resgatado, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, e dos Encargos Moratórios, se houver, nos termos desta Escritura.

6.4.3 O pagamento do Prêmio indicado neste item, nas hipóteses de Resgate Antecipado Facultativo ou Amortização Extraordinária Facultativa poderá ser diminuído ou dispensado por Debenturistas reunidos em AGD, desde que atingido o quórum de, no mínimo, 90% (noventa por cento) dos titulares das Debêntures.

CLÁUSULA VII

VENCIMENTO ANTECIPADO

7.1 Vencimento Antecipado Automático

7.1.1 O Agente Fiduciário deverá, automaticamente, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial à Emissora, declarar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis todas as obrigações da Emissora referentes às Debêntures, notificando o fato a todos os Debenturistas, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados a partir de sua ciência ou, quando for o caso, do término dos prazos de cura específicos determinados nos itens abaixo, e exigirá da Emissora e/ou de qualquer uma das Fiadoras, conforme o caso, o imediato pagamento em até 3 (três) Dias Úteis do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura, na ciência da ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses:

- (i) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial formulado pela Emissora e/ou suas controladas diretas ou indiretas e/ou pelas Fiadoras;
- (ii) extinção, liquidação, dissolução, decretação de falência, pedido de autofalência ou qualquer procedimento legal análogo que caracterize estado de insolvência da



Emissora e/ou suas controladas diretas e/ou indiretas ou das Fiadoras;

- (iii) não pagamento pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures na respectiva data de vencimento, não sanado no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contado da data do respectivo descumprimento;
- (iv) cisão, incorporação (inclusive incorporação de ações), fusão, venda, ou qualquer outra forma de reorganização societária que resulte na alteração do controle acionário indireto da Emissora, sem prévia autorização dos Debenturistas reunidos em AGD específica para o assunto;
- (v) alienação e/ou oneração pela Omega Geração de quaisquer ativos, bens ou investimentos cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior a 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido da Omega Geração ou o equivalente em outras moedas, exceto se previamente autorizado por, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) dos titulares das Debêntures em Circulação reunidos em AGD.
- (vi) protestos legítimos de títulos contra a Emissora e/ou suas controladas diretas ou indiretas e/ou contra as Fiadoras cujo valor unitário ou agregado seja superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), ou o equivalente em outras moedas, salvo se, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data do envio de comunicação do Agente Fiduciário nesse sentido, tiver sido comprovado ao Agente Fiduciário que (a) o protesto foi efetuado por erro, dolo ou má-fé de terceiros; (b) o protesto foi cancelado, susinado ou por qualquer forma, suspenso; ou (c) foram prestadas garantias em juízo;
- (vii) não pagamento, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de vencimento original, de quaisquer obrigações financeiras da Emissora e/ou suas controladas diretas ou indiretas e/ou das Fiadoras, no mercado local ou internacional, em valor unitário seja superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), ou o equivalente em outras moedas, salvo se, no referido prazo, (a) a Emissora e/ou as Fiadoras tomarem as medidas legais e/ou judiciais requeridas para o não pagamento; ou (b) se o pagamento for cancelado, susinado ou por qualquer forma, suspenso;
- (viii) vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras da Emissora e/ou suas controladas diretas ou indiretas e/ou das Fiadoras, no mercado local ou internacional, de valor unitário ou valor agregado que seja igual ou superior R\$5.000.000,00 (cinco



milhões de reais), ou o equivalente em outras moedas, em razão de inadimplência contratual;

- (ix) término, por qualquer motivo, de contrato de concessão dos quais a Emissora e/ou suas controladas diretas e indiretas e/ou as Fiadoras seja parte, e que represente valor superior ao equivalente a 10% (dez por cento) da receita operacional líquida parte a que se refere, constante de suas últimas demonstrações financeiras à época
- (x) redução do capital social da Emissora, exceto (a) nos casos de redução de capital realizada com o objetivo de absorver prejuízos, nos termos do artigo 173 da Lei nº 6.404/76; ou (b) se previamente autorizado pela maioria dos titulares das Debêntures em Circulação reunidos em AGD, na forma prevista no artigo 174, § 3º da Lei no. 6.404/76;
- (xi) transformação do tipo societário da Emissora e/ou das Fiadoras, nos termos dos artigos 220 e 221, sem prejuízo do disposto no artigo 222, todos da Lei nº 6.404/76; ou
- (xii) não pagamento, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de vencimento original, de quaisquer obrigações financeiras da Emissora e/ou das Fiadoras ou declaração de vencimento antecipado no âmbito das seguintes emissões de debêntures : (a) 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, nos Termos da Instrução CVM nº 476/09, da Testa Branca I Energia S.A.; ou (b) 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, nos Termos da Instrução CVM nº 476/09, da Porto do Delta Energia S.A.

7.1.2 A Emissora obriga-se a, tão logo tenha conhecimento de quaisquer dos eventos descritos nos itens acima, comunicar na mesma data ao Agente Fiduciário para que este tome as providências devidas. O descumprimento desse dever pela Emissora não impedirá o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas de, a seu critério, exercer seus poderes, faculdades e pretensões previstos nesta Escritura.

7.2 Vencimento Antecipado Não Automático



7.2.1 O Agente Fiduciário deverá convocar AGD, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que houver tomado ciência de quaisquer dos eventos listados abaixo, para deliberar a respeito da eventual não declaração do vencimento antecipado de todas as obrigações da Emissora referentes às Debêntures e, uma vez declarado o vencimento antecipado, exigirá da Emissora e/ou de qualquer uma das Fiadoras, conforme o caso, o pagamento em até 3 (três) Dias Úteis do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura, na ciência da ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses:

- (i) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e/ou suas controladas diretas ou indiretas e/ou das Fiadoras não contestado no prazo legal;
- (ii) descumprimento, pela Emissora e/ou suas controladas diretas ou indiretas e/ou pelas Fiadoras, de qualquer obrigação não pecuniária relacionadas às Debêntures estabelecida nesta Escritura e/ou nos demais documentos relacionados à Emissão não sanada no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que receber comunicação do Agente Fiduciário nesse sentido, sem prejuízo do quanto disposto na cláusula 7.2.2;
- (iii) não cumprimento de qualquer decisão arbitral ou sentença judicial transitada em julgado contra a Emissora e/ou suas controladas diretas ou indiretas e/ou as Fiadoras, em valor unitário ou valor agregado superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), ou o seu equivalente em outras moedas;
- (iv) alteração do Estatuto Social da Emissora que resulte, parcial ou integralmente, em alteração (a) de seu objeto social; e/ou (b) no regime aplicável ao exercício do direito de retirada dos acionistas da Emissora;
- (v) pagamento pela Emissora de dividendos e/ou de juros sobre capital próprio acima de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, caso a Emissora esteja comprovadamente em mora relativamente ao cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura, ressalvado o pagamento de dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e de juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios nos termos da Lei nº 6.404/76;
- (vi) caso as declarações feitas pela Emissora e/ou pelas Fiadoras nesta Escritura



comprovadamente não sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes;

- (vii) aplicação dos recursos oriundos da Emissão em destinação diversa da descrita nesta Escritura;
- (viii) ato de qualquer autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, a totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades, das ações do capital social da Emissora e/ou das Fiadoras, exceto se tal ato for cancelado, sustado ou, por qualquer forma, suspenso, em qualquer hipótese, dentro dos prazos legais; ou
- (ix) se a Garantia Fidejussória ou esta Escritura (a) for objeto de anulação e/ou de questionamento judicial por arbitragem ou em juízo ou a pedido das Fiadoras, de modo a afetar o cumprimento de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura; ou (b) de qualquer forma, deixar de existir por comprovada ação ou omissão da Emissora e/ou das Fiadoras;

7.2.2 A Emissora e as Fiadoras obrigam-se a, tão logo tenham conhecimento de quaisquer dos eventos descritos nos itens acima, comunicar na mesma data o Agente Fiduciário para que este tome as providências devidas. O descumprimento desse dever pela Emissora não impedirá o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas de, a seu critério, exercer seus poderes, faculdades e pretensões previstos neste instrumento, inclusive o de declarar o vencimento antecipado.

7.2.3 Uma vez instalada a AGD prevista no item 7.2.1 anterior, será necessário o quórum especial de titulares que representem pelo menos 70% (setenta por cento) das Debêntures em Circulação para aprovar a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures.

7.2.4 Caso a AGD prevista no item 7.2.1 não seja instalada por falta de quórum na segunda convocação, o Agente Fiduciário deverá, automaticamente, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial à Emissora, declarar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis todas as obrigações da Emissora referentes às Debêntures.



7.3 Uma vez declaradas vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta protocolada (a) à Emissora e às Fiadoras, com cópia para CETIP; e (b) ao Banco Liquidante.

7.3.1 Declarado o vencimento antecipado das Debêntures, o seu pagamento deverá ser efetuado em até 3 (três) Dias Úteis, contados do protocolo da carta mencionada no item 7.3 acima. Caso o pagamento referente ao vencimento antecipado aconteça através da CETIP, esta deverá ser comunicada com, no mínimo 2 (dois) Dias Úteis de antecedência à data de pagamento.

CLÁUSULA VIII

OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DAS FIADORAS

8.1 Sem prejuízo das demais obrigações previstas nesta Escritura, a Emissora assume as obrigações a seguir mencionadas:

- (i) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:
 - (a) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social ou na data de sua publicação, o que ocorrer primeiro, (1) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo período encerrado; (2) declaração assinada pelo(s) diretor(es) da Emissora, na forma do seu estatuto social, atestando: (a) que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura de Emissão; (b) não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas e o Agente Fiduciário; (c) que seus bens e ativos foram mantidos devidamente segurados; e (d) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social; e (3) comprovação de que as Fiadoras têm patrimônio superior aos Valores Garantidos com data base em 31 de dezembro do ano imediatamente anterior, acompanhado dos devidos documentos comprobatório e das demonstrações financeiras completas das Fiadoras; e
 - (b) dentro de 5 (cinco) Dias Úteis, qualquer informação que razoavelmente lhe venha a ser solicitada exclusivamente para o fim de proteção dos interesses dos

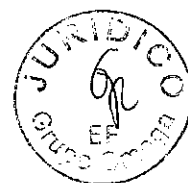


Debenturistas, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura e da Instrução CVM nº 28/83;

- (ii) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros nos termos exigidos pela Lei nº 6.404/76, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor;
- (iii) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (iv) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de ciência, prestar ao Agente Fiduciário informações a respeito da ocorrência de qualquer evento que faça com que as suas demonstrações financeiras consolidadas não mais reflitam sua real condição econômica e financeira;
- (v) comunicar ao Agente Fiduciário e a autoridades cabíveis, em até 2 (dois) Dias Úteis contado de seu conhecimento, a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que possam afetar negativamente e de forma relevante sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações, no todo ou em parte, assumidas perante os titulares de Debêntures;
- (vi) informar e enviar o organograma, todos os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, conforme previsto na Instrução CVM nº 28/83, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário em até 30 (trinta) dias corridos antes do encerramento do prazo previsto no inciso (xiv) da Cláusula 9.4.1 abaixo. O referido organograma do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, o controle comum, as coligadas, e integrante de bloco de controle da Emissora, no encerramento de cada exercício social;
- (vii) convocar AGD para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, nos termos da Cláusula X desta Escritura, caso o Agente Fiduciário possua a obrigação de o fazer, nos termos desta Escritura, mas não o faça;
- (viii) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;



- (ix) cumprir, em todos os aspectos, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- (x) notificar em até 1 (um) Dia Útil o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão de parte substancial das atividades da Emissora;
- (xi) manter estrutura adequada para atender, de forma eficiente, os Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (xii) manter seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes;
- (xiii) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas na CETIP;
- (xiv) arcar com todos os custos (a) decorrentes da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora; e (c) de contratação do Agente Fiduciário, do Escriturador Mandatário e do Banco Liquidante;
- (xv) manter contratados durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, os prestadores de serviço necessários à manutenção das Debêntures, incluindo o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário, a CETIP e o Agente Fiduciário;
- (xvi) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura;
- (xvii) não transferir ou por qualquer forma ceder, ou prometer ceder, a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu na presente Escritura, sem a prévia anuência dos Debenturistas reunidos em AGD especialmente convocada para esse fim, sendo que eventual transferência será formalizada por meio de aditamento à presente Escritura;



- (xviii) apresentar todos os documentos e informações exigidos pela CETIP e/ou pela CVM no prazo estabelecido por essas entidades, bem como cumprir com todas as determinações emanadas de tais órgãos;
- (xix) será obrigatória a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas convocadas pela Emissora, enquanto que nas assembleias convocadas pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário, a presença dos representantes legais da Emissora será facultativa, a não ser quando ela seja solicitada pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário, conforme o caso, hipótese em que será obrigatória;
- (xx) guardar, enquanto houver Debêntures em Circulação ou pelo prazo de 5 (cinco) anos contados da presente data, o que ocorrer por último, toda a documentação relativa à Oferta;
- (xxi) nos termos do artigo 18-A da Instrução CVM nº 476/09, manter, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, ou por prazo superior por determinação expressa da CVM, em caso de processo administrativo, todos os documentos e informações exigidos pela referida Instrução. Os documentos e informações referidos neste item podem ser guardados em meios físico ou eletrônico, admitindo-se a substituição de documentos pelas respectivas imagens digitalizadas;
- (xxii) empreender os melhores esforços para manter, ou fazer com que sejam mantidas, válidas e regulares as licenças ou aprovações necessárias, inclusive ambientais, e/ou concessões ao regular funcionamento da Emissora;
- (xxiii) empreender os melhores esforços para manter rigoroso cumprimento, em seus aspectos relevantes, ao disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social;
- (xxiv) observar as disposições da Instrução CVM 358, no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;



- (xxv) cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, incluindo, mas não se limitando, cumprir as obrigações estabelecidas no artigo 17 da Instrução CVM nº 476, quando e no que for aplicável;
- (xxvi) manter, em conjunto com o Coordenador Líder, lista contendo os seguintes itens exigidos pelo artigo 7º-A, parágrafo segundo, da Instrução CVM nº 476: (a) o nome das pessoas procuradas no âmbito da Emissão (“Potenciais Investidores”); (b) o número do Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) ou Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) dos Potenciais Investidores; (c) a data em que os Potenciais Investidores foram procurados; e (d) a decisão dos Potenciais Investidores em relação à Emissão;
- (xxvii) cumprir e manter válidas todas as declarações pactuadas no presente instrumento; e
- (xxviii) manter-se adimplente com relação a todos os tributos, taxas e/ou contribuições decorrentes da Emissão, exceto aqueles objeto de contestação administrativa ou judicial.

8.1.1 A Emissora obriga-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a cuidar para que as operações que venha a praticar no ambiente CETIP sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado, com plena e perfeita observância das normas aplicáveis à matéria, isentando o Agente Fiduciário de toda e qualquer responsabilidade por reclamações, prejuízos, perdas e danos, lucros cessantes e/ou emergentes a que o não respeito às referidas normas der causa, desde que comprovadamente não tenham sido gerados por atuação do Agente Fiduciário.

8.2 Sem prejuízo das demais obrigações previstas nesta Escritura, as Fiadoras assumem as obrigações a seguir mencionadas:

- (i) adimplir todas as obrigações sob as quais é prestada a Garantia Fidejussória quando a Emissora não o fizer, conforme disposto no item 5.11 acima;
- (ii) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros nos termos exigidos pela Lei nº 6.404/76, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor;



- (iii) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (iv) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de ciência, prestar ao Agente Fiduciário informações a respeito da ocorrência de qualquer evento que faça com que as suas demonstrações financeiras consolidadas não mais reflitam sua real condição econômica e financeira;
- (v) comunicar ao Agente Fiduciário e a autoridades cabíveis, em até 2 (dois) Dias Úteis contado de seu conhecimento, a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que possam afetar negativamente e de forma relevante sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações, no todo ou em parte, assumidas perante os titulares de Debêntures;
- (vi) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (vii) cumprir, em todos os aspectos, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- (viii) notificar em até 2 (dois) Dias Úteis o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão de parte substancial das suas atividades;
- (ix) não transferir ou por qualquer forma ceder, ou prometer ceder, a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu na presente Escritura, sem a prévia anuência dos Debenturistas reunidos em AGD especialmente convocada para esse fim, sendo que eventual transferência será formalizada por meio de aditamento à presente Escritura;
- (x) apresentar todos os documentos e informações exigidos pela CETIP e/ou pela CVM no prazo estabelecido por essas entidades;
- (xi) comparecer às AGD, sempre que solicitado pelo Agente Fiduciário;
- (xii) observar as disposições da Instrução CVM 358, no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;



- (xiii) cumprir e manter válidas todas as declarações pactuadas no presente instrumento; e
- (xiv) manter-se adimplente com relação a todos os tributos, taxas e/ou contribuições decorrentes da Emissão, exceto aqueles objeto de contestação administrativa ou judicial.

CLÁUSULA IX

AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1 Nomeação

9.1.1 A Emissora constitui e nomeia Agente Fiduciário da Emissão a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, qualificada no preâmbulo desta Escritura, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar a comunhão dos Debenturistas.

9.2 Declarações

9.2.1 O Agente Fiduciário dos Debenturistas, nomeado na presente Escritura, declara, sob as penas da lei:

- (i) não ter qualquer impedimento legal, nos termos do artigo 66, parágrafos 1º e 3º, da Lei nº 6.404/76, e do artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83, para exercer a função que lhe é conferida;
- (ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (iii) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- (iv) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (v) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83;



- (vi) estar ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;
- (vii) ser instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (viii) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (ix) que a(s) pessoa(s) que o representam na assinatura desta Escritura de Emissão tem(têm) poderes bastante para tanto;
- (x) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (xi) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (xii) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (xiii) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura; e
- (xiv) para os fins do disposto no artigo 12, alínea k, da Instrução CVM nº 28/83, que atualmente não atua em outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora.

9.3 Substituição

9.3.1 Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia justificada e feita em virtude de disposição de lei ou desta Escritura, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, a AGD para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído,



pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, observado o prazo de 8 (oito) dias para a primeira convocação e de 5 (cinco) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo Agente Fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto no item 9.3.6 abaixo.

9.3.2 Na hipótese de não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, o Agente Fiduciário deverá comunicar imediatamente o fato à Emissora, pedindo sua substituição.

9.3.3 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento da distribuição, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em AGD especialmente convocada para esse fim.

9.3.4 A substituição em caráter permanente do Agente Fiduciário (i) fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM nº 28/83; e (ii) deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura, devendo o mesmo ser arquivado na JUCEMG e no(s) competente(s) Cartório(s) de Títulos e Documentos, nos termos do item 3.1.3 acima.

9.3.5 O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a integral quitação das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

9.3.6 Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá proporcionalmente ao período a ser transcorrido até integral quitação das Debêntures ou até sua efetiva substituição, a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela AGD.

9.3.7 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito, baixados por ato(s) da CVM.



9.4 Deveres

9.4.1 Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- (ii) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- (iii) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iv) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (v) verificar no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando para que sejam sanadas as possíveis omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (vi) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (vii) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades, de que venha a ter conhecimento, constantes de tais informações;
- (viii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;



- (ix) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;
- (x) solicitar, quando considerar necessário, de forma justificada, auditoria extraordinária na Emissora;
- (xi) convocar, quando necessário, AGD, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa referidos no item 3.1.2, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei nº 6.404/76 e desta Escritura;
- (xii) comparecer às AGD a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (xiii) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - (a) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (b) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (c) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
 - (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (e) resgate e pagamento da Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;



- (g) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura, inclusive quanto à ocorrência dos eventos previstos nos itens da Cláusula VII acima, de acordo com as informações prestadas pela Emissora;
 - (h) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
 - (i) declaração sobre a suficiência e exequibilidade da Garantia Fidejussória; e
 - (j) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM nº 28.
- (xiv) disponibilizar o relatório de que trata a alínea (xiii) acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- (a) na sede da Emissora;
 - (b) no seu escritório;
 - (c) na CVM;
 - (d) na CETIP; e
 - (e) na sede do Coordenador Líder;
- (xv) publicar, em conjunto com a Emissora, nos órgãos da imprensa referidos no item 3.1.2, às expensas da Emissora, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório a que se refere a alínea (xiii) acima se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea (xiv) acima;
- (xvi) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Escriturador Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de



atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora e os Debenturistas, mediante subscrição, integralização e aquisição das Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Escriturador Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;

- (xvii) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
- (xviii) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de até 5 (cinco) Dias Úteis da data em que o Agente Fiduciário tomou ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de qualquer das obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos, sendo que a notificação discriminará as providências judiciais e/ou extrajudiciais que o Agente Fiduciário tenha tomado para acautelar e proteger os interesses da comunhão de Debenturistas. Comunicação de igual teor deve ser enviada:
 - (a) à CVM; e
 - (b) à CETIP.
- (xix) disponibilizar o cálculo do Valor Nominal Unitário das Debêntures a ser realizado pela Emissora, aos Debenturistas e aos participantes do mercado, por meio de sua central de atendimento e/ou de seu *website*; e
- (xx) verificar a regularidade da constituição da Garantia Fidejussória prestada pelas Fiadoras, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, nos termos do inciso IX do artigo 12, da Instrução CVM nº 28/83.

9.5 Atribuições Específicas

9.5.1 O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a Emissora e/ou as Fiadoras, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura:



- (i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (ii) requerer a falência da Emissora e/ou de quaisquer Fiadoras;
- (iii) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;
e
- (iv) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial ou liquidação extrajudicial da Emissora e/ou das Fiadoras.

9.5.2 Observado o disposto na Cláusula VII (e seus itens) acima, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (i) a (iii) do item 9.5.1 acima, se, convocada a AGD, esta ratificar a decisão do Agente Fiduciário, por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea (iv) do item 9.5.1 acima.

9.6 Remuneração do Agente Fiduciário

9.6.1 Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração anual de R\$2.300,00 (dois mil e trezentos reais), sendo o primeiro pagamento devido no 5º (quinto) Dia Útil após a data da assinatura da Escritura e as demais parcelas no mesmo dia dos anos subsequentes.

9.6.1.1 A remuneração anual mencionada no item anterior será reajustada pela variação acumulada do IGP-M/FGV ou, na falta desse ou na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário.

9.6.2 A remuneração devida pela Emissora em decorrência da prestação dos serviços do Agente Fiduciário de que trata esta Cláusula IX será acrescida dos seguintes tributos: (i) ISS (Imposto sobre serviços de qualquer natureza); (ii) PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social); (iii) COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social); e (iv) quaisquer outros tributos que venham a incidir sobre referidos honorários, excetuando-se o



IR (Imposto sobre a Renda) nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

9.6.3 Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração ora proposta, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

9.6.4 A remuneração prevista no item 9.6.1 será devida mesmo após o vencimento das Debêntures caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

9.6.5 A remuneração do Agente Fiduciário não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício da função de agente fiduciário, durante a implantação e vigência do serviço, as quais serão cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em nome da Emissora ou mediante reembolso, após, sempre que possível, prévia aprovação, quais sejam: publicações em geral, notificações, extração de certidões, fotocópias, digitalizações, envio de documentos, despesas cartorárias, custos incorridos em contatos telefônicos relacionados à Emissão, viagens, alimentação, transportes e estadias, despesas com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal aos Debenturistas.

9.6.6 Todas as despesas decorrentes de procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, sempre que possível, e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas correspondem a depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. Os honorários de sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportados pelos debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar adiantamento dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

9.6.7 A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para



realizar seus créditos, sendo que todas as despesas deverão ser, sempre que possível, previamente autorizadas pela Emissora.

9.7 Outras disposições

9.7.1 Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, este assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

9.7.2 O Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes de qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações da Escritura e dos demais documentos da operação.

9.7.3 Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado por Debenturistas reunidos em AGD.

9.7.4 O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas reunidos em AGD. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução nº 28 da CVM, conforme alterada e dos artigos aplicáveis da Lei nº 6.404/76, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável ou em que tenha incorrido com culpa ou dolo.



CLÁUSULA X
ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

10.1 Convocação

10.1.1 À AGD aplicar-se-á o disposto no artigo 71 da Lei nº 6.404/76.

10.1.2 A AGD pode ser convocada (i) pelo Agente Fiduciário; (ii) pela Emissora; (iii) pelos Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação; ou (iv) pela CVM.

10.1.3 A convocação da AGD se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes no jornal de grande circulação utilizado pela Emissora para a divulgação de seus atos, conforme previsto no item 3.1.2 desta Escritura, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei nº 6.404/76, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

10.1.4 As AGD deverão ser realizadas em prazo mínimo de 8 (oito) dias, contados da data da primeira publicação da convocação. A AGD em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 5 (cinco) dias após a data marcada para a instalação da AGD em primeira convocação.

10.1.5 Independentemente das formalidades previstas nesta Escritura, será considerada regular a AGD a que comparecerem todos os Debenturistas.

10.2 Quorum de Instalação

10.2.1 A AGD se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e em segunda convocação, com qualquer quorum.

10.3 Mesa Diretora

10.3.1 A presidência da AGD caberá ao Debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.



10.4. Quorum de Deliberação

10.4.1 Nas deliberações da AGD, a cada Debênture caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. As deliberações serão tomadas por Debenturistas que representem mais de 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em Circulação, exceto quando de outra forma prevista nesta Escritura e nas hipóteses de alteração de prazos, valor e forma de remuneração, Resgate Antecipado Facultativo, Amortização Extraordinária Facultativa (incluindo, mas não limitado a, qualquer alteração no Prêmio) e Vencimento Antecipado, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário, que dependerão da aprovação de Debenturistas representando 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

10.4.2 A alteração dos quoruns qualificados previstos na presente Escritura dependerá da aprovação da totalidade das Debêntures em Circulação.

10.4.3 As deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleias Gerais de Debenturistas no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns nesta Escritura de Emissão, vincularão a Emissora e obrigarão todos os titulares de Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido nas respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas.

10.5 *Dispensa de AGD.* Esta Escritura poderá ser alterada pelas Partes independentemente de realização de AGD nos casos previstos no item 12.5.3 abaixo.

CLÁUSULA XI DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DAS FIADORAS

11.1 A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (i) é sociedade por ações devidamente constituída com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;



- (ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura, o Contrato de Colocação e a cumprir todas as obrigações previstas nesta Escritura, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (iii) os representantes legais da Emissora que assinam esta Escritura têm plenos poderes estatutários para representar a Emissora na assunção das obrigações dispostas nesta Escritura, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;
- (iv) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora e não acarretarão (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos, (b) criação de quaisquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (v) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, adicional aos já concedidos (incluindo a aprovação da AGE), é exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Escritura e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto a inscrição da Escritura na JUCEMG, o registro da Escritura no Cartório de Títulos e Documentos e o registro das Debêntures na CETIP;
- (vi) as obrigações assumidas nesta Escritura constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil;
- (vii) tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais, societárias e regulatórias) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais relevantes para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas, exceto pela autorização para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração do Projeto no Município de Ilha Grande, Estado do Piauí, a qual está em processo de obtenção;
- (viii) cumpre leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, não



tendo conhecimento de qualquer descumprimento que possa causar um efetivo adverso relevante às suas atividades ou à Emissão;

- (ix) manterá em vigor toda a estrutura de contratos e demais acordos existentes necessários para assegurar à Emissora a manutenção das suas condições atuais de operação e funcionamento;
- (x) a Emissora e suas controladas possuem justo título de todos os seus bens imóveis e demais direitos e ativos por elas detidos, exceto quando, individualmente ou em conjunto, não afetem adversamente a capacidade de cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações previstas nesta Escritura;
- (xi) mantém os seus bens adequadamente segurados, conforme razoavelmente esperado e de acordo com as práticas correntes de mercado;
- (xii) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são materialmente corretos e estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora, tendo sido disponibilizadas, informações sobre as transações relevantes da Emissora, bem como sobre os direitos e obrigações materialmente relevantes delas decorrentes;
- (xiii) não há qualquer ação judicial, processo administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental, que seja de conhecimento da Emissora, que possa vir a afetar de forma material a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial e/ou por aquelas constantes das demonstrações financeiras da Emissora;
- (xiv) os balanços patrimoniais da Emissora referentes aos períodos encerrados em 31 de dezembro de 2014, 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, em conjunto com as correspondentes demonstrações de resultado da Emissora apresentam de maneira adequada a situação financeira da Emissora nas aludidas datas e os resultados operacionais da Emissora referentes aos períodos encerrados em tais datas, e desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, não houve nenhum impacto adverso relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, não houve



qualquer operação material relevante envolvendo a Emissora fora do curso normal de seus negócios, que seja relevante para a Emissora, não houve qualquer aumento substancial do endividamento da Emissora;

- (xv) não omitiu nem omitirá nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa das situações econômico-financeiras ou jurídicas sua em prejuízo dos Debenturistas;
- (xvi) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções em relação a esta Escritura e não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei nº 6.404/76 e demais normas aplicáveis;
- (xvii) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura; e
- (xviii) inexistente violação ou indício de violação a qualquer dispositivo legal ou regulatório, nacional ou estrangeiro, relativo à prática de corrupção ou de atos lesivos à administração pública, incluindo, sem limitação, a Lei nº 12.846/13 e a U.S. Foreign Corrupt Practices Act of 1977 e o UK Bribery Act 2010, conforme aplicável, pela Emissora ou pelas Fiadoras.

11.2 As Fiadoras declaram e garantem ao Agente Fiduciário que:

- (i) são sociedades por ações devidamente constituídas com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil, bem como estão devidamente autorizadas a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social. A Omega Geração declara ainda que possui registro de companhia aberta perante a CVM, na categoria "A";
- (ii) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida;
- (iii) a celebração da Escritura e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contratos ou instrumentos dos quais seja parte, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de quaisquer ônus sobre quaisquer de seus ativos



ou bens, exceto por aqueles já existentes nesta data; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

- (iv) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação adicional aos já concedidos é exigido para o cumprimento de suas obrigações nos termos desta Escritura;
- (v) a Garantia Fidejussória constitui obrigação legal, válida e vinculativa, exequível de acordo com os seus termos e condições, nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil; e
- (vi) não há qualquer ação judicial, processo administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental, que seja de conhecimento das Fiadoras, que possa vir a afetar a sua capacidade de cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura.

11.3 A Emissora e as Fiadoras, conforme o caso, comprometem-se a notificar na mesma data ao Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

CLÁUSULA XII

DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 Comunicações

12.1.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

- (i) para a Emissora:

TESTA BRANCA III ENERGIA S.A.

Avenida São Gabriel, nº 477, 2º andar

CEP 01435-001 – São Paulo - SP

At.: Sr. Ricardo Alberto Oliveira dos Santos

Telefone: (11) 3254-9810

E-mail: ri@omegaenergia.com.br / financeiro@omegaenergia.com.br



(ii) para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 303 e 304

22640-102 – Rio de Janeiro – RJ

At.: Sra. Nathalia Machado Loureiro / Sra. Marcelle Motta Santoro / Sr. Marco Aurélio Ferreira

Tel.: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

Endereço eletrônico: operacional@pentagonotruster.com.br

(iii) para a Omega Geração:

OMEGA GERAÇÃO S.A.

Avenida São Gabriel, nº 477, 2º andar

CEP 01435-001 – São Paulo - SP

At.: Sr. Ricardo Alberto Oliveira dos Santos

Telefone: (11) 3254-9810

E-mail: ri@omegaenergia.com.br / financeiro@omegaenergia.com.br

(iv) para a Omega Energia:

OMEGA ENERGIA E IMPLANTAÇÃO 1 S.A

Avenida São Gabriel, nº 477, 2º andar

CEP 01435-001 – São Paulo - SP

At.: Sr. Ricardo Alberto Oliveira dos Santos

Telefone: (11) 3254-9810

E-mail: ri@omegaenergia.com.br / financeiro@omegaenergia.com.br

(v) para o Banco Liquidante:

ITAÚ UNIBANCO S.A.

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100

03084-010 - São Paulo - SP

At.: Luiz Petito

Tel.: (11) 2740-2596

Endereço eletrônico: escrituracaorf@itau-unibanco.com.br



(vi) para o Escriturador Mandatário:

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 10º andar

São Paulo - SP

At.: Luiz Petito

Tel.: (11) 2740-2596

Endereço eletrônico: escrituracaorf@itau-unibanco.com.br

(vi) para a CETIP:

CETIP S.A. – Mercados Organizados

Avenida República do Chile, nº 230, 11º andar

20031-170 – Rio de Janeiro – RJ

Telefone: (21) 2276-7474

Fax: (21) 2252-4308/2262-5481

ou

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar, Jardim Paulistano

01452-001 – São Paulo – SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Telefone: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3111-1564

Correio eletrônico: Gr.GEVAM-GerenciadeValoresMobiliarios@cetip.com.br

12.1.2 As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios, nos endereços acima. As comunicações feitas por correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os originais dos documentos enviados por correio eletrônico deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem.



12.1.3 A mudança de qualquer dos endereços ou destinatários acima deverá ser comunicada imediatamente pela Parte que tiver seu endereço alterado às demais.

12.2 Renúncia

12.2.1 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura, desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba a quaisquer das Partes em razão de qualquer inadimplemento da outra Parte prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia a eles ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.3 Despesas

12.3.1 A Emissora arcará com todos os custos relativos à Emissão e à distribuição, incluindo sem limitação, despesas com a contratação de Agente Fiduciário, assessores legais, Banco Liquidante e Escriturador Mandatário e registros de documentos, que sejam expressamente aprovados pela Emissora.

12.4 Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica

12.4.1 Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 461, 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura.

12.5 Disposições Gerais

12.5.1 Esta Escritura é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes e seus sucessores a qualquer título.

12.5.2 A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o



cumprimento, pelas Partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura, as Partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das Partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

12.5.3 As Partes concordam que a presente Escritura, assim como os demais documentos referentes à Emissão poderão ser alterados, sem a necessidade de qualquer aprovação dos Debenturistas, sempre que e somente (i) quando tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a exigências de adequação a normas legais, regulamentares ou exigências da CVM, da ANBIMA, da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo - BM&FBovespa ou da CETIP; (ii) quando verificado erro material, seja ele um erro grosseiro, de digitação ou aritmético; ou ainda (iii) em virtude da atualização dos dados cadastrais das Partes, tais como alteração na razão social, endereço e telefone, entre outros, desde que não haja qualquer custo ou despesa adicional para os Debenturistas.

12.5.4 As Partes declaram, mútua e expressamente, que a presente Escritura foi celebrada respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade das Partes e em perfeita relação de equidade.

12.5.5 As palavras e os termos constantes desta Escritura, aqui não expressamente definidos, grafados em português ou em qualquer língua estrangeira, bem como quaisquer outros de linguagem técnica e/ou financeira, que, eventualmente, durante a vigência da presente Escritura, no cumprimento de direitos e obrigações assumidos pelas Partes, sejam utilizados para identificar a prática de quaisquer atos ou fatos, deverão ser compreendidos e interpretados em consonância com os usos, costumes e práticas do mercado de capitais brasileiro.

12.6 Lei e Foro

12.6.1 Esta Escritura reger-se-á pelas leis da República Federativa do Brasil.

12.6.2 Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser.



Estando assim, as Partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 7 (sete) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

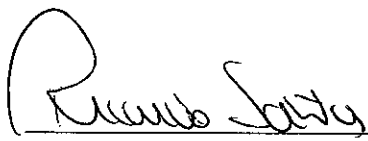
Belo Horizonte, 21 de julho de 2015

(As assinaturas seguem nas páginas seguintes.)

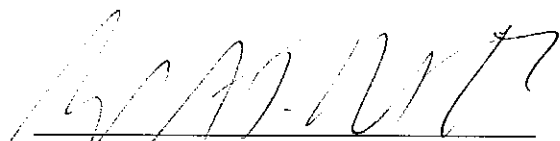


(Página 1/5 de assinaturas da Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, nos Termos da Instrução CVM nº 476/09, da Testa Branca III Energia S.A.)

TESTA BRANCA III ENERGIA S.A.



Nome: **Ricardo Alberto Oliveira Santos**
Cargo: **Diretor**

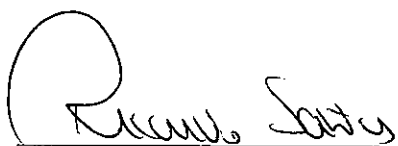


Nome: **Antonio Augusto Torres de Bastos Filho**
Cargo: **Diretor**



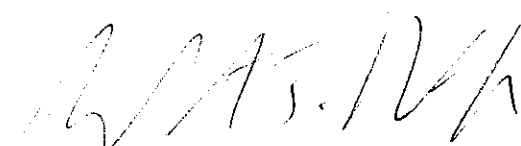
(Página 2/5 de assinaturas da Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, nos Termos da Instrução CVM nº 476/09, da Testa Branca III Energia S.A.)

OMEGA GERAÇÃO S.A.



Nome:

Cargo: **Ricardo Alberto Oliveira Santos**
Diretor



Nome:

Cargo:

Antonio Augusto Torres de Bastos Filho
Diretor



(Página 3/5 de assinaturas da Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, nos Termos da Instrução CVM nº 476/09, da Testa Branca III Energia S.A.)

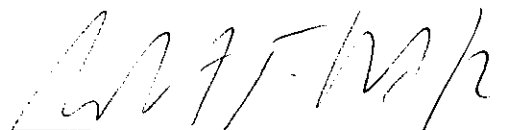
OMEGA ENERGIA E IMPLANTAÇÃO 1 S.A.



Nome:

Cargo:

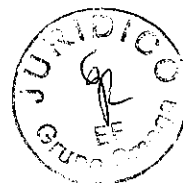
Ricardo Alberto Oliveira Santos
Diretor



Nome:

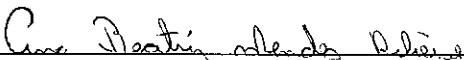
Cargo:

Antonio Augusto Torres de Bastos Filho
Diretor



(Página 4/5 de assinaturas da Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, nos Termos da Instrução CVM nº 476/09, da Testa Branca III Energia S.A.)


PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS


Nome: Sra Beatriz Mendes Ribeiro
Cargo: Procuradora



(Página 5/5 de assinaturas da Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, nos Termos da Instrução CVM nº 476/09, da Testa Branca III Energia S.A.)


TESTEMUNHAS:


Ligiana Cristina Antunes
RG: 35.941.014-5
CPF: 393.125.748-76

Nome:

RG:

CPF:



Nome:

RG:

CPF:

Ricardo M. Barros Amaral
Tesouraria e Estruturação Financeira
CPF: 282851888-41
26 30426167

